

POR QUE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESQUECEU GEORGES CABANIS? DIÁLOGO ENTRE GILLES BIBEAU E NAOMAR DE ALMEIDA-FILHO

Professor emérito da Université de Montréal, GILLES BIBEAU é antropólogo, filósofo e linguista. Especialista em antropologia médica, ele situa seu trabalho na junção de uma abordagem crítica à saúde pública clássica, uma releitura antropológica dos determinantes sociais da saúde e uma abertura aos direitos culturais e ecológicos e à justiça social. Realizou pesquisas em diversos países da África, América Latina (notadamente Brasil e Peru), além da Índia e Canadá. No Quebec, seus estudos têm focado nas transformações das estruturas familiares e identidade entre migrantes de origem indiana, africana e caribenha, sobre o papel das igrejas e grupos religiosos no acolhimento e adaptação de imigrantes, na etnografia das gangues juvenis em ambientes imigrantes, e na adaptação dos serviços sociais e de saúde aos problemas dos grupos de imigrantes. Desenvolveu, com Ellen Corin e outros pesquisadores, um modelo de análise em saúde mental que hoje é conhecido como “sistema de sinais, significados e ações”, que tem sido usado em estudos comparativos internacionais em vários países da África, Europa, Ásia e Américas. Recentemente, seu foco é a abordagem etnocrítica das literaturas nacionais através da comparação das literaturas quebequenses e anglo-canadenses, e através do estudo das relações entre literaturas escritas da África e literaturas orais. Apaixonado pela história e por política internacional, é autor de inúmeros artigos e ensaios. Publicou uma dúzia de livros: *Beyond Textuality: Ascetism and Violence in Anthropological Interpretation* (com E. Corin) (Berlim: Mouton, 1995); *Dérives montréalaises. Itinéraires de toxicomanies dans le quartier Hochelaga-Maison-neuve* (com M. Perrault) (Montréal: Boréal, 1998); *Généalogie de la violence. Le terrorisme : piège pour la pensée* (Montréal: Mémoire d’encrier, 2015); *Andalucía, l’histoire à rebours* (Montréal: Mémoire d’encrier, 2017) e *Les Autochtones, la part effacée du Québec* (Montréal: Mémoire d’encrier, 2020). Recebeu duas vezes o Prêmio Jean-Charles-Falardeau, a última vez por seu trabalho *Le Québec transgénique. Science, marché, humanité* (Montréal: Boréal, 2005); e o Prêmio Léon-Gérin (2009) do Governo do Québec por sua carreira acadêmica.

Aqui, Gilles Bibeau se põe em diálogo com Naomar de Almeida-Filho, sobre o livro *THE REVOLUTION OF GEORGES CABANIS. A FORGOTTEN EDUCATION REFORM IN POST-ENLIGHTENMENT FRANCE*, recém-publicado pela *Theory and History of Education Monograph Series* (Kingston, CAN: Queen’s University, 2022).

Gilles BIBEAU: *Naomar, você se tornou conhecido primeiro por um trabalho de inspiração crítica no campo da Saúde, reconhecido internacionalmente, que tem como foco a “saúde coletiva”, os determinantes sociais da saúde, a nova epidemiologia e a “nova saúde pública”. Nos últimos vinte anos, você abriu um novo projeto de reflexões em torno das questões da transdisciplinaridade, da reforma universitária e, mais amplamente, do lugar da ciência no mundo atual. Em seu livro programático Universidade Nova (2007), você argumenta que a nova universidade não é uma utopia, mas sim uma “protopia” e que é realmente possível criar novas universidades que façam sentido no mundo atual. Com Boaventura de Sousa Santos, em Universidade no século XXI: Para uma Nova Universidade (2008), e com Fernando Seabra Santos em A Quarta Missão da Universidade (2012), aprofunda sua reflexão a partir de sua experiência como Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e como fundador e Reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia. Na Cátedra Alfredo Bosi da Universidade de São Paulo, agora está realizando pesquisas sobre a reforma do ensino superior. Que lugar este novo livro, que trata especificamente do pensamento de Georges Cabanis (1757-1808) com foco num período limitado e preciso da história – aquele que acompanhou a abolição das universidades na França e o fim do império das faculdades decretado pela Revolução de 1789 – ocupa em sua reflexão sobre a “nova universidade”? Que lugar esse livro ocupa em todo o seu trabalho como pensador inovador no campo da reforma das instituições de ensino superior no Brasil e no mundo?*

Naomar ALMEIDA-FILHO: Primeiramente, quero dizer da minha satisfação em dialogar com o Professor Gilles Bibeau. De muitas maneiras, minha formação intelectual sempre se deu nas margens das ciências, entre campos científicos diferentes, às vezes dissonantes. Fiz meu curso médico num contexto de reforma universitária, com muitas brechas que me permitiram cultivar interesse distintos nas humanidades, por isso me orientei entre opções menos biomédicas, da medicina social e da psiquiatria. Concluí um doutorado nos Estados Unidos, com um major em Epidemiologia e um minor em Antropologia Médica, e atuei em universidades nos Estados Unidos e Canadá que me ajudaram a manter e ampliar essa abertura de perspectivas. Isto se deu inclusive sob a mentoria do Professor Gilles Bibeau, quando estive como professor convidado na Université de Montréal, há quase três décadas. Minha trajetória inicial como pesquisador no campo da saúde foi bastante heterodoxa, relutante em aceitar os enquadramentos das convenções disciplinares, aproveitando as interfaces viáveis e as opções possíveis. Essa relutância se baseava numa atitude de crítica permanente, sempre buscando compreender a lógica dos processos, o motivo das ações, a origem das práticas de produção de ciência nas quais me engajava. A carreira de pesquisador

em universidades ciosas de sua importância, e certamente isso inclui algumas universidades brasileiras, exige aprendizagem permanente. No meu caso, esse aprendizado foi quase autodidata, manifestou-se como interesse, talvez paixão, pela epistemologia e pela história das ideias científicas que me via aplicando e delas duvidando. Também creio que, ao procurar abrir e cultivar relações acadêmicas duradouras com os centros de produção das ciências do meu campo de pesquisa, ao manter conexões com intelectuais importantes, também preocupados com os trânsitos interdisciplinares – como você mesmo, Professor Bibeau –, tive acesso a uma sólida base filosófica e cultural. Meu cuidado foi sempre registrar, de modo sistemático, esse processo de contínua aprendizagem, escrevendo e reescrevendo, quase compulsivamente (ou auto-etnograficamente), tudo o que refletia e, às vezes, concluía. Aproveitando as oportunidades que apareciam, fiz um esforço de divulgar essas reflexões em eventos científicos e materializá-las em publicações. Creio que é a isto que você generosamente se refere como minha obra autoral. De todo modo, esse hábito muito me ajudou na virada para o campo da educação. Isso ocorreu ao assumir o desafio de me tornar reitor de uma instituição universitária, uma difícil metamorfose, de pesquisador acadêmico para gestor público. Esse desafio foi ampliado quando depois fui encarregado de coordenar a criação da Universidade Federal do Sul da Bahia e, mais ainda, quando agora me encontro engajado na reinvenção do conceito de cátedra na Universidade de São Paulo. Para tentar ser bem-sucedido nessa metamorfose, recorri aos mesmos hábitos de estudar e aprender, refletir e debater, registrar e publicar, que trazia da carreira de pesquisador. E, da mesma maneira, fazê-lo em diálogo pedagógico com estudiosos e pensadores, como o Boaventura de Sousa Santos e o Fernando Seabra Santos, amigos e colaboradores portugueses. Nesse novo campo de atuação, confirmei que o estudo crítico da história do conhecimento é fundamental para a transformação das instituições produtoras de conhecimento, de escolas superiores para universidades novas. Então este livro sobre essa fascinante personagem histórica que é o Georges Cabanis faz parte do meu empenho em compreender criticamente, aprender coletivamente e compartilhar os resultados desse esforço. Acredito que analisar Cabanis e sua obra é fundamental para entender por que a universidade brasileira (e outras redes de ensino superior na América Latina) permanece tão dependente do ponto de vista intelectual, tão presa às suas raízes colonizadas, tão conservadora, tão resistente às inovações e transformações. E parece nem se dar conta disso. O que, do ponto de vista da teoria da análise institucional, é zero surpresa.

Gilles BIBEAU: *É verdade que o pensamento reformista de Cabanis, como médico-filósofo e político, estava no centro dos debates que ocorreram durante duas décadas*

após a Revolução de 1789. Ao tomar o Coup d'œil sur les révolutions et réforme de la médecine (1804) de Cabanis como peça central do seu livro, você demonstra que a reforma concebida por Cabanis foi central para a organização do sistema nacional de saúde, a polícia higiênica, a formação de hospitais públicos e o estabelecimento de novas formas de instituições de ensino superior na França pós-revolução. Nesse livro, você apresenta a seguinte hipótese sobre as raízes do sistema de ensino superior existente no Brasil hoje: "O ensino superior brasileiro apresenta sinais arqueológicos curiosos, pois preserva hegemonicamente os arranjos institucionais das faculdades e cultiva o conceito nominal de universidade, com alunos entrando diretamente em cursos profissionais baseados em estruturas curriculares que tendem a ser fixas, organizados por blocos de conteúdo chamados disciplinas ou matérias que, por sua vez, se encaixam no modelo institucional e político-pedagógico estabelecido durante a reforma Cabanis". Você diz que pretende contar a história da recepção do pensamento de Cabanis no Brasil porque essa história foi esquecida. Você ressuscita Cabanis contando uma história diferente daquela da França ao insistir que a criação de um sistema de ensino superior no Brasil foi inspirada em Cabanis. Você faz isso tocando nos remanescentes da história contada por pesquisadores de instituições do hemisfério Norte. Como você pretende corrigir a má ideia que os intelectuais brasileiros têm feito sobre o papel desempenhado pelo pensamento de Cabanis na reorganização do sistema universitário?

Naomar ALMEIDA-FILHO: O eixo principal da reforma Cabanis era de fato uma proposta peculiar de sistema universitário sem universidades, no qual a integração de saberes se daria mediante sociedades de sábios ou academias de ciências. Essa ideia já aparecia no projeto do Marquês de Condorcet rejeitado pela Assembleia Nacional. Claro que havia outros eixos importantes nessa reforma do ensino médico, como a pedagogia analítica que resultou em uma disciplinaridade cartesiana na organização dos currículos, uma filosofia didática baseada mais em fazeres concretos e menos em modelos retóricos doutrinários e a organização de estágios práticos em ambientes reais de assistência médica. Contudo, a solução institucional que reafirmava o poder das faculdades era sem dúvida representativa do pragmatismo profissionalista da ideologia burguesa que se configurava naquele momento histórico. Por isso, a reforma do ensino médico dependia de uma reforma prévia dos hospitais e de uma reforma jurídica dos tribunais, a partir da organização de um sistema oficial de licenciamento profissional através de certificação acadêmica tutelada pelo Estado francês, reinventado pela revolução de 1789. Foi por essa razão que a ampliação do modelo de faculdades e grandes escolas para todo o sistema de ensino superior proposta por Napoleão Bonaparte aproveitou o nome 'universidade' para designar não uma instituição educadora, mas

sim uma abstração, o sistema geral de ensino de todo o Império. Os intelectuais brasileiros da época, logo após a Independência do Brasil, circa 1830, eram médicos-políticos-legisladores como tinha sido Cabanis e Pinel – no livro, eu menciono as incríveis trajetórias de Cipriano Barata, Francisco Sabino e José Lino Coutinho, este o primeiro decano da Faculdade de Medicina da Bahia. Esses e outros intelectuais seguiam, com inveja e respeito, a moda e a cena parisiense, à distância e com atraso. Esses intelectuais leram não somente os escritos dos ideólogos, de Cabanis e de outros médicos, mas também os regimentos da mítica Faculdade de Medicina de Paris, tomada como paradigma do melhor ensino médico do mundo naquela época. Então o estabelecimento de um “império das faculdades” nos trópicos, na Bahia, no Recife, em São Paulo e no Rio de Janeiro, não resulta da leitura equivocada de um projeto parisiense, mas sim de uma leitura mimética, uma imitação proposital, anacrônica em termos de conjuntura histórica e deslocada em termos de contexto geopolítico. Digo isso, mas não chego ao extremo de concordar com o Roberto Schwartz, crítico literário marxista que analisou o grande escritor Machado de Assis, chamou de “ideias fora de lugar”, que escreveu: “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio.” Mas, Gilles, vejo que sua questão se refere principalmente aos intelectuais e líderes políticos que posteriormente elaboraram e fomentaram mitos fundadores da sociedade brasileira, suprimindo a memória desagradável de um colonialismo predatório e violento, de um patriarcado cruel, de um racismo institucional que persiste, escondido, mas latente. E se refere também a intelectuais contemporâneos que conceberam e ainda cultivam mitos fundadores da universidade brasileira, promovendo uma memória seletiva que, no limite, esconde as raízes arqueogenealógicas de uma hegemonia eurocêntrica consentida e envergonhada que, no fundo, torna-se sintoma de um neocolonialismo acadêmico. Acho essa ambiguidade um extraordinário tema de pesquisa, uma chave valiosa para melhor compreensão da universidade como poderoso dispositivo de dominação cultural, científica e tecnológica, cada vez mais acionado para, no plano externo, reforçar laços de submissão geopolítica e econômica e, no plano interno da formação social, reproduzir relações sociais e lugares de poder, como nos informa Pierre Bourdieu. Cabanis está esquecido, porém os resíduos e traços da reforma educacional cabanisiana estão vivos e ativos na universidade brasileira e, em diferentes graus e modos, na universidade latino-americana. O corolário de minha hipótese é que essas raízes esquecidas alimentam os núcleos de resistência às mudanças, as trincheiras contra a inovação pedagógica e curricular no espírito da universidade velha. Para uma mínima chance de sucesso na reinvenção da universidade neste contexto atual de globalização

subordinada, contexto pós-pandêmico, complexo e desafiante, é preciso conhecer muito bem os alvos da nossa ação transformadora.

Gilles BIBEAU: *Você produziu um livro sobre os grandes debates intelectuais que ocorreram em uma era particularmente complexa, notadamente as duas décadas após a Revolução Francesa. No entanto, você afirma ser um acadêmico não especializado em história ou educação e um médico que não é treinado nos métodos da historiografia. Você pode elaborar sobre o seu método de trabalho?*

Naomar ALMEIDA-FILHO: Justamente, Gilles, sou um não-especialista, cada vez mais crítico da ideia de especialidade. Aliás, nesse estudo sobre Georges Cabanis encontrei o tema da especialização como uma questão central, talvez até crucial, na reconfiguração dos saberes e práticas provocada pela Revolução Francesa, resultando em grandes debates intelectuais protagonizados por Cabanis e sua turma, os famosos (e depois desprezados) ideólogos. No livro, analiso um estudo importante do George Weisz, nosso colega da McGill University, intitulado *Divide and Conquer*, sobre as raízes históricas da especialidade, que ele identifica no estabelecimento de um mercado médico profissional extremamente competitivo nos anos 1830, quando Paris se apresentava como a meca da medicina europeia. Essa hipótese se contrapõe à ideia anterior de que a especialização teria origens na fragmentação epistemológica originada na racionalidade cartesiana e no projeto sistemático do enciclopedismo. O próprio Cabanis tinha uma posição mais integradora e menos fragmentadora do conhecimento científico e conseqüentemente do saber clínico, porém há uma ironia histórica no fato de que a reforma educacional que ganhou seu nome terminou consagrando o que chamei de pedagogia analítica, orientação que se encontra presente nos apêndices do *Coup d'Oeil*. Mas você me interroga sobre a questão do método. O método nas ciências de certa forma representa um signo de poder das disciplinas e dos mestres *savants*, bem como dos especialistas e suas especialidades, contrapartida da disciplinaridade no mundo do trabalho. Como escrevi na introdução desse livro, na decisão de escrevê-lo, busquei desobedecer aos monopólios ou propriedades ou campos de exclusividade, questionando inclusive o domínio discursivo dos centros intelectuais eurocêntricos. Então, dessa forma, me senti também autorizado a empregar formas de produzir conhecimento que podem ser reivindicadas por especialistas disciplinares, historiógrafos, experts em Revolução Francesa, historiadores políticos, como de seu domínio restrito. Trata-se de uma aplicação prática, não-especializada, da análise de discursos com base em fontes bibliográficas primárias. No caso, o *corpus* da obra de Cabanis, principalmente o *Coup d'Oeil*, um pequeno livro, esquecido, pouco

valorizado pelos historiadores da medicina e pelos autores interessados no legado político de Cabanis. Eu já havia utilizado essa metodologia para analisar criticamente o mito do modelo biomédico na educação médica no Brasil, a partir da releitura crítica do Relatório Flexner. Apenas retomei a mesma abordagem, agora com um pouco mais de experiência.

Gilles BIBEAU: *Você demonstra que conhece bem a abordagem genealógica seguida por Michel Foucault depois que escreveu *Naissance de la clinique* (1963) e *Les Mots et les Choses* (1966). Ao considerar a noção de arquivo que está no centro da arqueologia do saber de Foucault (seguindo seu mestre Canguilhem), você se inspira no que chama de uma arqueogenealogia neo-foucaultiana que renova a perspectiva de Foucault propondo uma história crítica de ideias, mentalidades e relações saber-poder envolvidas na transformação das instituições de ensino superior. Em sua abordagem, você enfatiza rupturas, ausências, detalhes e eventos, sem reduzir a história ao estudo de pessoas, fatos e datas. Pode explicar as diferenças entre sua abordagem e a de Foucault?*

Naomar ALMEIDA-FILHO: Gilles, realmente é quase delirante você me colocar num plano comparativo ao do grande mestre Michel Foucault. A abordagem teórico-metodológica de Foucault para estudar a emergência de saberes científicos na modernidade, numa perspectiva crítico-histórica, é um dos monumentos do pensamento filosófico contemporâneo. Ao conceber e aplicar um ponto de vista epistemológico próprio, a obra foucaultiana vai na contracorrente da obediência da disciplina e do distanciamento da objetividade, desvelando e desconstruindo o mito da neutralidade científica. Começa com o que ele chamou de método arqueológico, com base na prospecção de acontecimentos esquecidos, opiniões cotidianas, costumes, personagens anônimas, documentos escondidos, monumentos subterrâneos e formas de inscrição de saberes como meios e pretextos para escavar as raízes de um presente remoto que se formula e se construía no seu tempo passado. O objetivo inicial da ‘arqueologia do saber’ de Foucault seria compreender a emergência das ciências do homem, incluindo a medicina mental e a clínica fisiológica, como campo de saberes e práticas, sem considerá-los como efeitos ou resultantes de condições externas a eles, frutos de determinações históricas. Por declarar que métodos historiográficos ditos arqueológicos não mais o interessavam, e que uma abordagem genealógica seria necessária para estudos sobre o poder, os discursos, as anomalias e a sexualidade, Foucault tem sido interpretado (à semelhança do jovem Marx e do Wittgenstein do *Tractatus*) como um autor de duas etapas intelectuais bem distintas. Um importante filósofo romeno-argentino chamado Tomás Abraham intitula sua coletânea que apresenta um inédito de Foucault

com a expressão ambígua *El Último Foucault*. Mas o que quer dizer ‘genealogia’ no glossário foucaultiano? Significa que, traçando linhagens intelectuais imaginárias ou manifestas referentes aos próprios saberes, é possível localizar as marcas, discursos, termos como elementos de relações de poder, reproduzidas como legados ou heranças, numa perspectiva que mais tarde se chamaria de modo mais completo como “genealogia dos poderes e das práticas”. Essa proposição estabelece uma relação ética e política com o tempo presente, na medida em que recorre a “uma espécie de diagnóstico do presente”, para compreendê-lo, no sentido de desvelar ou denunciar contradições e identificar mutações que, no limite, permitam promover transformações e transgressões. Ao refletir sobre a diferença entre essas duas estratégias de análise, um jovem filósofo espanhol, Francisco Vázquez-García, propõe que a diferença entre análise arqueológica e abordagem genealógica é de grau e de ênfase, na medida em que ambos os métodos se complementam ao confrontar os “eixos do saber, do poder e da subjetividade” para reconhecer sua convergência como dispositivo analítico. Por tudo isso, ao invés de falar de arqueologia e genealogia como se fossem procedimentos metodológicos ou técnicas de análise diferentes e contraditórias, inventadas para reconstruir respectivamente sistemas de pensamento ou mentalidades e esquemas de comportamentos implícitos ou modelos de práticas, concordo em tratar o método foucaultiano como uma “arqueogenealogia”. Na verdade, o termo “arqueogenealogia” havia sido proposto pioneiramente por um intelectual brasileiro, recentemente falecido, o diplomata Sergio Paulo Rouanet, que exerceu um cargo equivalente a Ministro da Cultura do Brasil há três décadas, visando a conciliar a historiografia com a epistemologia histórica, convocando, para isso, histórias de saberes nem sempre declarados e práticas pouco valorizadas pelos poderes instituídos. A arqueogenealogia trata, enfim, daquilo que Foucault denominou de *épistémè* ou “racionalidades” no estudo de sistemas de pensamento como “formas de ação”, ou seja, como práticas refletidas ou problematizadas para a ação política. Acredito que problematizações dessa ordem têm enorme potencial metodológico ao explorar em quê o saber descontextualiza, distanciando-se de objetos instituídos, conceitos formais, fatos estabelecidos, mentalidades reconhecidas e representações atualizadas.

Gilles BIBEAU: *Vejo que sua abordagem neo-foucaultiana o levou a escrever uma história do mundo intelectual no qual Cabanis pensava sobre educação médica, com ênfase nas discontinuidades.*

Naomar ALMEIDA-FILHO: **É isso mesmo,** precisamente, Gilles. A abordagem arqueogenealógica foucaultiana me pareceu sobremaneira adequada à problemática do

meu estudo sobre modelos pedagógicos, práticas institucionais e políticas públicas num certo momento da história da educação superior. Tudo isso implica descontinuidades, muitas vezes conflitivas, resultantes de uma dialética dos saberes consigo mesmos e com as práticas sociais. No campo discursivo que, no mundo euroreferenciado, ganhou o nome de ciências, tais problematizações levantam novas questões, produzem (e reproduzem) objetos e criam (e recriam) formas de subjetividade. Depois que Foucault visitou o Brasil em 1973 e fez as conferências públicas que resultaram numa suposta virada genealógica, ele esteve em Salvador, onde o conheci. Eu era muito jovem, recém concluíra o curso médico; interessado em história e filosofia, havia lido a *História da Loucura*, sabia da importância do grande intelectual francês, mas não tinha a menor ideia de que se tratava de um dos maiores pensadores do nosso tempo. Roberto Machado, introdutor da obra foucaultiana no Brasil, tradutor e organizador da *Microfísica do Poder*, narra nosso encontro num livro intitulado *Impressões de Foucault*. Foi uma breve visita de três dias que me propiciou o privilégio de uma curta convivência com a pessoa de Foucault, o que me permitiu nele apreciar uma surpreendente simplicidade e seu ácido senso de humor, sempre pronto a provocar e chocar eventuais interlocutores. É por isso que realmente não creio que Foucault teria abandonado a arqueologia dos saberes, sua contribuição maior para os turbulentos sixties, simplesmente substituindo-a pela genealogia das relações de poder na anódina década de 1970. Acho que ele se divertia muito confundindo seus numerosos críticos e analistas acadêmicos.

Gilles BIBEAU: *Isso tudo é muito interessante, mas observo que você aplica seu método a um momento de ruptura em que as universidades estavam se transformando para uma nova organização de instituições de ensino superior. O espaço histórico onde este ponto de virada ocorreu cobre um período estreito de três a quatro décadas, se incluímos o período durante o qual Napoleão Bonaparte dominou a cena política. Durante esse período, testemunhamos, sobretudo, uma transformação dos marcos filosóficos para pensar o ser humano: o dualismo iniciado por Descartes triunfou, um século depois, em todas as frentes, como indicado pela orientação claramente materialista e sensualista de uma importante corrente de pensamento que, pouco antes da Revolução Francesa, dominava o cenário, mantendo apenas uma das duas vertentes do pensamento de Descartes. L'Homme machine que o filósofo La Mettrie (1709-1751) publicou em 1748 de alguma forma complementou, através de uma virada em todos os sentidos materialista, a parte estritamente biológica da filosofia cartesiana; Condillac (1714-1780), autor do *Traité des sensations* (1754) e do *Traité des animaux* (1755) e um dos grandes colaboradores da *Encyclopédie*, tentaram ressolidarizar, através do sensualismo, os seres humanos com sua dimensão biológica. Meio*

século depois de La Mettrie e Condillac, Georges Cabanis e seus amigos da ideologia estabeleceram as bases das ciências do homem, esclarecendo a relação entre “o físico e o moral” e, à sua maneira, provocando uma medicalização progressiva da sociedade do século XIX. Como seu método permite compreender essas grandes descontinuidades intelectuais entre as três gerações de pensadores – a dos editores da Enciclopédia, a da Ideologia em torno de Cabanis e a da época de Napoleão Bonaparte – cujas posições você examina em seu livro?

Naomar ALMEIDA-FILHO: Bom, em primeiro lugar, é muita generosidade sua se referir a mim como criador de um método. Somente posso agradecer e duvidar do meu merecimento. Nesse livro sobre Cabanis, tema do nosso diálogo, segui uma certa intuição prática. Busquei levantar questões geradoras de problemas, dando-lhes a forma de hipóteses de trabalho, a fim de argumentar narrativamente, ainda de modo exploratório, contextualizando-as historicamente. A partir dessas hipóteses, aplico soluções analíticas tentativas, que por sua vez fomentam novas hipóteses. Talvez essa abordagem orientada por uma problematização radical mereça ser chamada de método, mas longe de mim reivindicar uma autoria pessoal. De fato, o que você chama a atenção é impressionante: como tão profundas mudanças ocorreram em tão pouco tempo, apenas 30 anos entre 1780 e 1810. Como se a história se acelerasse em certos períodos cruciais, com rupturas dramáticas, idas e vindas, num turbilhão, em cataratas de acontecimentos. E essas mudanças reverberam em todo um sistema mundial de relações econômicas, políticas e sociais que, nos tempos cabanisianos, já existia globalizado, complexo e contraditório. No meu livro, mostro que no Brasil, ainda colônia de Portugal naquela época, final do século XVIII, ocorreram tentativas de revoluções libertadoras a partir dos ideais da Revolução Francesa. A Revolta dos Búzios que ocorreu na Bahia, barbaramente reprimida em 1798, foi claramente inspirada na Revolução de 1789 e na revolução haitiana de 1791. O mesmo ocorreu com as guerras pela independência do Brasil, mais intensas na província da Bahia, e com as revoltas durante a Regência dos anos 1830. Analiso também os vínculos evidentes entre os ideólogos dessas tentativas de revolução republicana, inspirados no ideário enciclopedista-iluminista, e a organização das primeiras instituições de educação superior no Brasil. Mas sua questão é sobre o enciclopedismo, o iluminismo e o movimento ideológico que se autointitulou de *l'Idéologie*. Sem dúvida, Foucault era fascinado por esse tema. Num pequeno ensaio intitulado *Qu'est-ce que les Lumières?*, publicado primeiro em inglês numa coletânea organizada por Paul Rabinow, Foucault recupera criticamente e de modo respeitoso o argumento de Kant sobre o conhecimento científico como fruto de uma mítica liberdade do saber. Quando estive na UC Berkeley como professor visitante, fui um assíduo participante do seminário sobre “Ciência e Modernidade”, ministrado

por Rabinow no outono de 1991. Porém, na época, eu ainda não havia colocado a questão da educação superior no meu rol de prioridades. Esse interesse emergiu mais tarde, quando me vi na posição de gestor de instituição universitária e encontrei essa intrigante personagem histórica, um herdeiro do enciclopedismo, o líder dos ideólogos Georges Cabanis, em sua peleja de davi-golias contra o tirano Bonaparte. Você tem razão: compreendem profundas descontinuidades políticas e intelectuais complementares e contraditórias que, para serem mais bem compreendidas, requerem uma interpretação dialética mais além da capacidade heurística desse ensaio de problematização que você designa aqui como meu método.

Gilles BIBEAU: *A França dos anos 1790 e 1800 que precedem e seguem a Revolução Francesa – antes e depois do Terror – era muito diferente do Brasil que ainda era, na época, uma colônia de Portugal. Além disso, a visão dos pensadores agrupados em torno de Condorcet, Cabanis e outros era fortemente antirreligiosa, enquanto o Brasil estava, durante grande parte do século XIX, sob a tutela da Igreja Católica. Uma vez que o modelo de ensino superior promovido por Cabanis exigia o fim do monopólio religioso na educação, como esse modelo poderia ser integrado à sociedade brasileira? Não é sobretudo o modelo de Cabanis – revisado e modificado pelos intelectuais que apoiam as ideias de Napoleão – que se implantou no Brasil?*

Naomar ALMEIDA-FILHO: Você tem razão. No fim da era colonial, o Brasil tinha uma economia baseada na escravidão, uma sociedade patriarcal e um ordenamento político submisso ao jugo português, o que implicava uma superestrutura político-ideológica muito diferente da França revolucionária. Apesar da expulsão dos Jesuítas de todos os territórios governados pela Coroa Portuguesa, decretada pelo Marquês de Pombal depois de 1750, a Igreja Católica conservava enorme poder político, principalmente no Brasil e mais ainda no campo educacional. A Independência do Brasil em 1822, diferentemente de outros países da América do Sul, não implantou um regime republicano num Estado laico e sim confirmou uma monarquia tropical vinculada às famílias reais europeias que, já decadentes, mantinham-se anacronicamente tributárias do Vaticano. Então não houve obstáculos de ordem religiosa aos projetos de reforma do ensino médico e de ensino jurídico do Império do Brasil no século XIX. Entretanto, mesmo na França, o projeto Mirabeau-Condorcet, reforçado pelo ateísmo materialista dos ideólogos liderados por Cabanis e Destutt de Tracy, herdeiros do racionalismo enciclopedista, foi derrotado diversas vezes e nunca foi realmente implantado. Mas aqui estamos falando do modelo de reforma da educação em geral. A contribuição mais direta e clara de Cabanis foi para uma reforma específica do ensino médico francês

que, posteriormente, teve alguns dos seus eixos principais incorporados numa reforma educacional por Napoleon Bonaparte. Foi esse projeto que – talvez adulterado, é a minha hipótese no livro – tanto influenciou a educação superior no Brasil.

Gilles BIBEAU: *Aí está! Ao reintroduzir a figura de Cabanis – traído pela França napoleônica e negligenciado na história do Brasil – você não é levado a se questionar sobre o lugar dos religiosos em instituições de ensino superior? No espírito da reforma trazida por Mirabeau, Condorcet e Cabanis, a religião era um obstáculo para o progresso social. A história que você conta em seu livro é a história da traição desse pensamento reformista em termos da reorganização das instituições de ensino superior que foram libertadas dos religiosos. Não estaria a filosofia materialista no centro do pensamento de Mirabeau, Condorcet e Cabanis que foi rejeitado pelo novo modelo napoleônico? Após a assinatura da Concordata com o Vaticano, ele não promoveu o retorno do religioso à educação?*

Naomar ALMEIDA-FILHO: De modo pertinente, você fala de traição. Eu também penso assim. Em um dos capítulos centrais do livro, tento reconstituir a sessão do Tribunat que teria sido decisiva para a aprovação do projeto de reforma educacional de Bonaparte. Usando da licença literária, incluo a presença fictícia de um Cabanis triste e ressentido, escondido no fundo do salão, assistindo à apoteose do seu arquirrival Fourcroy. O farmacêutico Antoine de Fourcroy, que alguns consideram o algoz passivo de Lavoisier, foi uma personagem complexa e fascinante, extremamente talentoso na sobrevivência mediante subserviência política. Grande bajulador, ele acolheu todos os caprichos e manobras de Napoleão para criar o pastiche que podemos designar como Reforma Bonaparte-Fourcroy. Para isso, Fourcroy adulterou tanto a proposta de reforma da educação de Mirabeau-Condorcet quanto o projeto de ensino médico de Georges Cabanis, deles suprimindo a matriz filosófica materialista e o compromisso político libertário que vinculava os ideólogos aos intelectuais revolucionários de antes do Terror. O eixo central do projeto autoritário e nepotista de Bonaparte envolvia a restauração dos poderes eclesiais na França, como parte de um acordo político com o Vaticano para legitimar uma linhagem imperial postíça e, por consequência, uma nova ordem aristocrática de raízes burguesas. Claro que tal projeto naufragou face à resistência política e militar dos outros países europeus, expondo os erros estratégicos desse líder que tinha sido um estrategista brilhante que havia vencido grandes batalhas.

Gilles BIBEAU: Ao longo de seu livro, você enfatiza o lugar que a medicina – especialmente a semiologia clínica – jogou como uma meta-estrutura que serviu de arquitetura na construção de novas instituições de ensino superior. Em outras palavras, a universidade pós-revolucionária fixou, com o modelo de Cabanis, sua data de nascimento por volta dos últimos anos do século XVIII. Contando de forma privilegiada com o visto e o percebido, a clínica médica cabanisiana desenvolveu um empirismo enraizado no valor do visível como forma de ler os sinais e sintomas de doenças. Em que medida esse modelo baseado na medicina clínica foi capaz de contribuir para a formação das ciências humanas? Foi só a partir de Auguste Comte (1798-1857) e seu positivismo que as ciências sociais e as humanidades poderiam encontrar seu próprio lugar dentro das instituições de alto conhecimento construídas de acordo com o modelo Cabanis? Como isso aconteceu no caso do Brasil?

Naomar ALMEIDA-FILHO: Ao escrever o clássico *Les Mots et les Choses* em seguida ao *Naissance de la Clinique*, Foucault reforça a suposição de que as ciências médicas teriam sido modelo para a constituição das ciências humanas e sociais. Na época, eram chamadas ciências morais em contraposição às ciências físicas ou naturais. A obra mais conhecida de Cabanis, *Rapports du physique et du moral de l'homme*, desenvolve a tese de que a medicina faz parte das *sciences de l'homme* e chega a pioneiramente propor uma psicologia aproximada à concepção kantiana. No *Coup d'Oeil*, ele se refere ao termo antropologia como uma versão germânica dessa ideia de uma ciência integradora de tudo o que é humano. Como Cabanis era fluente no idioma alemão, podemos supor que ele acompanhava de perto os desenvolvimentos teóricos da já potente epistemologia racionalista de Kant e seus discípulos. Sobre as origens da sociologia em Auguste Comte, concordo com sua sugestão de uma conexão direta entre o fisiólogo Cabanis e o positivista Comte. Mary Pickering, a principal biógrafa de Auguste Comte, escreveu que o fundador do positivismo se autoproclamou o herdeiro da tradição intelectual dos ideólogos. No seu *Cours de Philosophie Positive*, Comte reconheceu em vários momentos sua dívida intelectual com Cabanis, admitindo que a teoria fisiológica das funções intelectuais e morais foi fundamental para que a ciência positiva se confirmasse como uma teoria do progresso do espírito humano. A partir das ideias cabanisianas, Comte adotou a noção de perfectibilidade como condição do progresso humano, definindo-a como objetivo maior das nações civilizadas. Além disso, em termos fisiológicos ou materialistas, Comte propôs que a Ideologia faria parte da Zoologia, compondo o que na época se chamava de “a ciência do homem”. No Brasil, após a Proclamação da República em 1889, a forte presença da doutrina positivista na organização da nação, especialmente entre os militares, levou a uma retomada

da influência cultural francesa. A bandeira nacional traz o mote do positivismo “Ordem e Progresso”, se bem que mutilado, porque a sentença completa de Auguste Comte era: “*L'amour pour principe, l'ordre pour base, et le progrès pour but; tel est le caractère fundamental du régime définitif que le positivisme vient inaugurer*”. De todo modo, o movimento positivista ajudou a consolidar no Brasil o modelo bonapartista de educação, um sistema de educação básica composto por escolas primárias, liceus e escolas normais, e uma educação superior com escolas politécnicas e faculdades de formação de profissionais liberais, sem universidades.

Gilles BIBEAU: *Que vínculos históricos as instituições brasileiras de ensino superior estabeleceram com o modelo da Universidade de Berlim fundado por von Humbolt, com os modelos de universidades inglesas (modelo do Cardeal Newman) e universidades de pesquisa de estilo americano?*

Naomar ALMEIDA-FILHO: Na minha quase despretensiosa análise, tento explorar como o mimetismo cultural, ideológico e intelectual resultante da dependência econômica e submissão política produziu no Brasil simulacros institucionais do modelo francês de educação, que emergiu na Restauração pós-revolucionária. Esse processo de subordinação deixou marcas que podem ser hoje avaliadas como indícios de raízes históricas da universidade brasileira. Durante todo o período colonial e por mais de um século depois da independência política em 1822, sucessivas propostas de criação de universidades foram rejeitadas no Brasil. E quando as primeiras instituições universitárias foram organizadas, com a ajuda de missões estrangeiras, já em meados do século XX, o modelo francês baseado na hegemonia das faculdades e na formação profissional foi adotado e prevalece até hoje. Como você diz, Gilles, modelos de universidade orientados pela versão germânica do Iluminismo goethiano, subsidiada pela filosofia kantiana e pelo romantismo idealista, valorizando a noção da *Bildung* e a formação geral na cultura, disseminaram-se e se diversificaram nos países industrializados. Na América do Norte, a reforma liderada por Abraham Flexner permitiu completar o ciclo iniciado pela reforma humboldiana, consolidando o modelo de universidade de pesquisa. A universidade de pesquisa tornou-se um padrão de excelência acadêmica e a principal promotora do crescimento econômico e das transformações culturais do capitalismo industrial. Na minha opinião, essa rede universitária vem contribuindo para novas formas de dependência que se poderia chamar de neocolonialismo globalizado. Universidades orientadas para uma formação mais ampla foram propostas em momentos isolados da história brasileira, mas sempre rejeitadas e reprimidas. Os exemplos de maior importância histórica são os projetos liderados por Anísio Teixeira,

importante educador baiano, discípulo e tradutor de John Dewey, na Universidade do Distrito Federal e na Universidade de Brasília, ambas reprimidas respectivamente por governos ditatoriais em 1934 e em 1964. Em conclusão, para responder à sua pergunta, eu considero que, no Brasil contemporâneo, encontramos traços humboldianos em um número reduzido de instituições de ensino superior, embora restritos a espaços e grupos de pesquisa e de pós-graduação. Também encontramos traços flexnerianos fugazes, mas fortes, presentes em ambientes de treinamento dispersos, particularmente em iniciativas de formação clínica especializada. Mas, no íntimo da sua estrutura curricular e organização institucional, a universidade brasileira permanece cabanisiana, na versão adulterada pela reforma bonapartista. Transformá-la, talvez recriá-la, tudo isso representa um enorme desafio.

Gilles BIBEAU: *Eu lhe agradeço muito, querido colega, pelas respostas muito esclarecedoras que deu às minhas perguntas. A mim e certamente também a seus leitores e leitoras, você nos forneceu chaves para ler seu impressionante livro com o maior benefício. Foi uma honra para mim termos conversado sobre esse importante tema da transmigração de ideias, o pensamento de Cabanis servindo como fundamento para a reforma das instituições de ensino que ocorreu no Brasil. Muito obrigado.*

Naomar ALMEIDA-FILHO: Quem muito deve agradecer sou eu, meu querido Gilles, por esta oportunidade de dialogar com você, um dos meus principais mentores nessa trajetória transgressora dos limites disciplinares da minha formação acadêmica. Muito grato.